

Senhoras e senhores, nós temos um conjunto de coisas importantes, graves, urgentes a serem discutidas, mas nesta Casa boa parte dos deputados quer votar o fortalecimento da 3ª e da 4ª Secretarias, considerando isso algo importante. É uma pena. Falaram aqui que este é o maior Parlamento da América Latina - o que não é verdade, pois nós temos o Congresso Nacional, com a Câmara dos Deputados. Com certeza, a Assembleia Legislativa de São Paulo é a do maior Estado, do Estado mais rico, do dito Estado mais desenvolvido.

Verifiquem claramente o que esta Assembleia está discutindo nesta noite. Qual é o desejo de votação, se o presidente colocou a pauta em uma sessão extraordinária, inclusive? Já não votou nada na ordinária. É para que deliberemos sobre uma resolução, tentando mudar a regra do jogo durante o seu andamento, fortalecendo a 3ª e a 4ª, em detrimento de outras Secretarias - o que o Regimento já previa. É isso o que ocorre aqui nesta Casa. É mais uma tentativa de golpe que alguns querem dar.

Aproveitando este debate, não poderia deixar de manifestar, com muita tristeza, que estamos em uma disputa política acirrada desde que terminou o processo eleitoral no ano passado, com posições partidárias de vários atores sociais. São posições muito radicalizadas, não permitindo sequer o debate, a conversa, a perspectiva de ouvir o outro e muito menos a perspectiva de tentar compreender o outro.

Há um debate inflado por setores da imprensa, que todo dia criminalizam A em detrimento de B. Na Lava Jato, a todo momento, há a tentativa de criminalizar o Partido dos Trabalhadores, que recebeu recursos legais das empresas investigadas - recursos que também foram recebidos pelo PSDB, pelo PMDB e tantos outros partidos.

Aliás, dos partidos que receberam, o PT foi o terceiro. O PSDB está em primeiro lugar, o PMDB está em segundo e depois vem o PT, mas parece que o juiz - ou a imprensa - quer criminalizar o PT. Pergunto a você, cidadão. Faça a reflexão. Veja na internet, verificando o processo, quais são os investigados no processo da Lava Jato. Veja quantos são do Partido dos Trabalhadores e quantos são de outros partidos.

O presidente da Câmara - o herói nacional, o dono na moralidade, o cara do impeachment, que diz que a Dilma não tem condições de governar, que a Dilma não quer o diálogo - não só está envolvido diretamente, como ainda chantageou e pressionou testemunhas. Ameaçou-as, usando o seu poder como presidente da Câmara para melar o processo, para tentar desviar o foco da investigação.

Prontamente, colocou-se à disposição para ir à CPI, dizendo: “Eu tenho a transparência. Comigo não há problema. Eu sou o herói.” Indagado se teria contas em outros países, ele negou. Disse: “Não tenho nenhuma conta. As minhas contas são aquelas declaradas no Imposto de Renda.” Assim foi a declaração do presidente Eduardo Cunha durante a CPI.

Ou seja, ele deu um depoimento. Ele não foi lá como testemunha. Ele tinha a obrigação de falar a verdade. Isso está no Código de Processo Penal. Mais do que isso: no próprio Regimento dos Parlamntos está escrito que o deputado não pode mentir no exercício de sua função, naquela informação oficial que tenha que declarar. Ora, ele mentiu. Só isso demonstra a quebra do decoro, independentemente da investigação.

Essa imprensa diz que quer a moralidade, a transparência, o combate à corrupção. Se o partido perdedor das eleições nacionais no ano passado - o PSDB - defende também a moralidade, o que diz sobre o presidente da Câmara, Eduardo Cunha? Ontem, o líder do PSDB disse: “Não, o Cunha merece a dúvida.” Nós, petistas, merecemos a condenação. São dois pesos e duas medidas.

Observez claramente que o desejo não é combater a corrupção Não é a transparência. Está havendo transparência, porque o Judiciário nacional, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal estão funcionando. Gostaria que funcionassem no estado de São Paulo o aparelho da Polícia e do Judiciário na investigação dos crimes. Lá funciona, mas mesmo assim criminalizam o PT. Os outros são vítimas. A imprensa está criando esse caldo de ódio, de intolerância, de rancor, de perseguição.

Com muita tristeza vimos alguns fatos neste ano: a agressão ao ex-ministro Guido Mantega, que entrou com processo. Mas aí, aqueles que agrediram, pediram desculpas para que o processo não prosseguisse. O ex-ministro Mantega foi compreensivo, teve piedade e retirou o processo porque não é com vingança que se resolve esse tipo de coisa, mas com respeito, tolerância. O ex-ministro Padilha, que fez o Mais Médicos, um excelente programa que está mudando a vida de muita gente, também foi agredido, insultado verbalmente, em algumas ocasiões quase fisicamente. Caso mais recente foi o da última sexta-feira. O ex-ministro merece nossa solidariedade, porque não queremos que a sociedade brasileira caminhe para a violência. Em alguns países foi assim. Vide o nazismo, o fascismo.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sra. Presidente, requeiro uma verificação de presença.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. A Presidência convida os nobres deputados Caio França e Fernando Cury para a auxiliarem na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Constatado quorum regimental, esta Presidência devolve a palavra ao nobre deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Falava do momento que vivemos no País, de intolerância, de ódio e de algumas agressões que algumas figuras públicas sofreram; falava do clima que está sendo construído na sociedade, com a participação da imprensa que ficam a todo o momento veiculando falsas opiniões e ataques. E você, cidadão, que lê os grandes jornais, os sites de notícias, televisão e rádio, é tudo o mesmo enfoque, criminalizando o Partido dos Trabalhadores e suas figuras políticas, falando sobre as falsas desculpas de combate à corrupção. Mas, essa mesma imprensa não combate o sigilo decretado pelo governador nas obras do Metrô; não condena, como disse, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que está sendo diretamente acusado - ele que queria dar impeachment da Dilma, que não tem nenhuma acusação -, e ninguém fala nada.

Pense bem, reflita sobre isso. Criando esse sentimento de ódio, foi atingido o ex-ministro Guido quando estava no hospital acompanhando a sua esposa, que estava sendo tratada. Ele foi ofendido no saguão do hospital. E depois em restaurantes. Mas ele perdeu num processo àqueles que o agrediram. O ex-ministro Padilha, como disse, também foi agredido na última sexta-feira quando almoçava. A mesma coisa ocorreu em outras ocasiões. Mais uma vez manifesto a nossa solidariedade. Outros atos, como num ato público, quando colocaram as figuras do Lula e da Dilma enforcados. Aí a imprensa trata como algo normal, um fato corriqueiro.

Quando qualquer figura do PT dá uma declaração mais contundente, ou quando o ex-presidente da CUT diz claramente que vai fazer a disputa democraticamente, até o último momento do cumprimento do mandato, dizem que ele quer guerra, agressão e violência. A bomba no Instituto Lula foi um fato normal. Chegaram a levantar suspeita de que tudo foi combinado por integrantes do PT. Um furinho no boneco do Lula, “Nossa, está agredindo o boneco do Lula!” Não querem democracia, o ato político.

Reflitam sobre isso. Imagine o ódio que está sendo incrustado nas pessoas sem elas perceberem, e a sociedade vivendo esse clima de intolerância, de falta de respeito, de falta de diálogo, de falta de compreensão; de estarmos passando por valores humanos e universais, passando por cima, desrespeitando crianças, pessoas idosas, mulheres, negros. Ao índio, como no Mato Grosso do Sul, que sofre a violência dos fazendeiros. E não é noticiado na grande imprensa.

O mais grave, triste, chocante e abominável ocorreu durante o velório do ex-presidente do PT, do ex-senador da República, José Eduardo Dutra. A sua família estava lá velando o seu corpo, todos tristes e comovidos, como seria de qualquer família, de qualquer pessoa perdendo um ente querido. E foram lá jogar panfletos. No dia seguinte, durante o enterro, foram fazer um ato estendendo faixas e condenando lideranças políticas do Partido dos Trabalhadores. Isso não é só uma ofensa àquela figura humana, aos familiares, à figura que estava lá sendo velada, uma pessoa, um homem, um ex-senador. É uma afronta, uma ofensa a qualquer pessoa humana. Tenho certeza de que os cidadãos, em plena consciência, com suas razões, não quer isso. Tenho certeza de que não quer, porque isso extrapola a disputa política.

Nós aqui temos divergências e estamos apontando as divergências em relação ao Projeto de Resolução, mas com respeito. A maioria das lideranças deste Parlamento respeita o outro. Pode divergir, pode criticar, pode apontar o erro, pode apontar a falha, pode levantar a voz no debate, mas não tem uma ofensa tão grave como essa.

Quero que todos reflitam. Imaginem o que significa tal barbaridade. Durante o velório, de uma pessoa que morreu com câncer, que sofria já há alguns anos, que assumiu a Presidência do PT e ficou pouco tempo, porque já tinha sido diagnosticado. Retirou-se para cuidar da saúde, mas, infelizmente, após alguns anos, com 57 anos, ou seja, podendo colaborar por muito mais tempo para a sociedade brasileira, morreu.

E foram lá essas pessoas que se dizem donas da moralidade, mas que não se apresentam, que não têm a coragem de dar a face, que não têm coragem de dizer o que é, que não têm a coragem de fazer a disputa política. Agrediram o povo brasileiro. Aqui temos deputados que são pastores, e de diversas religiões, pensem bem no valor que nos ensinam, se é isso que temos que praticar. Colocamos esses valores acima de tudo. São os ensinamentos que nos dão, que todos nós carregamos.

Neste momento, conduzido por alguns setores, determinadas pessoas cometem uma atrocidade, uma violência. Esperamos que isso seja interrompido na sociedade brasileira, porque isso provoca outras reações. Já foram citadas aqui, vou lembrar. É o ataque, e a violência contra a nossa juventude, contra os gays, a intolerância religiosa que, infelizmente alguns, em sã consciência, também se acham maiores que outros. A não liberdade. Não podemos permitir. E reflitam. Essa intolerância muitas vezes está sendo praticada no nosso dia a dia.

Lá em Sorocaba, quando policiais foram investigar os professores, dizendo que aquilo não podia. É como se ele tivesse adquirido aquele pensamento: porque alguém mandou. Porque ele está achando natural, porque a barbária, em alguns locais, está tendo espaço e está tendo valor. Não podemos permitir.

O povo brasileiro não é assim. Nós, cidadãos, não somos assim. Somos seres racionais que respeitam, ou pelo menos deveriam respeitar, o outro naquilo que ele significa e naquilo que ele representa, mediante de suas diferenças.

Muito obrigado.

A SR. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Para falar contra, tem a palavra o nobre deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gilmaci Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Sra. Presidente, cedo o meu tempo ao nobre deputado Campos Machado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por cessão de tempo do nobre deputado Luiz Fernando, tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sra. Presidente, antes de tudo, gostaria de levantar uma Questão de Ordem. Peço que não contem o meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É regimental, deputado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sra. Presidente, gostaria de indagar qual vai ser o rito a ser adotado neste projeto.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Tem mais uma pessoa inscrita para falar a favor.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sra. Presidente, dispenho de quantos minutos?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Trinta minutos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - A sessão se encerrará a que horas?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Às 21 horas e 30 minutos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Quero cumprimentar a nobre deputada Maria Lúcia Amary, um exemplo de mulher, sensata, suave, doce, guerrilheira, contudente e que planta sonhos em toda a sua caminhada pela vida.

Saúdo o nobre deputado Barros Munhoz, que hoje, incrivelmente, não deixou o plenário. Falei: “Deputado Barros, mantenha uma posição”. “Não posso sair.” “Mas deputado Barros, ajude-me, pelo menos, a escoar o tempo. Se V. Exa. sai do plenário, eu, automaticamente...”

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Nobre deputado Campos Machado, estou permanecendo no plenário seguindo o exemplo que sempre segui nesta Casa, do grande líder, meu amigo e irmão Campos Machado. Em dezenas de vezes que pedi “Campos, vamos deixar o plenário”, ele sempre me disse: “Eu nunca saio do plenário durante uma Verificação”. Estou seguindo o meu líder e o meu exemplo.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Mas eu imaginava, deputado Barros Munhoz, meu irmão, qual é a batalha em que está Campos Machado? Qual a bandeira que ele está empunhando? Eu sempre defendi a bandeira que o meu irmão Barros Munhoz defendia. Mesmo nos momentos em que as forças contrárias tinham outro candidato a presidente, eu estava lá, defendendo o deputado Barros Munhoz.

Não é fácil lutar contra as forças palacianas, as forças “morumbianas”. O telefone funciona, as emendas funcionam e a pressão também funciona. Lembro-me do deputado Jorge Caruso. Ele tinha 70% dos votos para ser conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. De repente, as assinaturas foram desaparecendo. Cada vez que o hoje conselheiro Beraldo chamava um deputado, era menos uma assinatura. Só ficou o PT e o PTB. O deputado Barros era o presidente e não votava. Sumiram os outros. Até o meu irmão, deputado Antonio Salim Curciati - meu médico, desde que tinha dez anos de idade, em Avaré -, disse-me: “Campos, eu não aguento a pressão”. Que pressão? Arterial? Não. Palaciana. E aí, foi-se um voto. Comecei a procurar o PPS, que também estava com a gente. Eu me lembro. Foram todos embora. E o deputado Jorge Caruso, que era quase conselheiro, nem disputou a segunda vaga. Prometeram a ele que ele teria a segunda vaga do Tribunal de Contas do Estado. As duas vagas eram nossas. A Assembleia abriu mão das suas prerrogativas, dos seus direitos. Neste momento, eu renunciei à presidência do Conselho, porque se nós não defendemos as Casas nós mesmos, quem irá defender?

Duas vagas constitucionais, amparadas pela Constituição. Duas vagas da Assembleia. Em uma entrou meu amigo, Dimas Ramalho, na outra, deputado Beraldo, que não queria nada, repentinamente era o favorito. A lista de emendas começava aqui, terminava depois de Sorocaba. Não cumpriu nenhuma. Nós ficamos sem a vaga e os deputados sem as emendas. Como é que nos vamos falar? Como nós vamos defender os nossos direitos? Quando temos oportunidade, a gente não exerce nossos direitos.

Está chegando uma vaga para o Tribunal de Contas do Estado. Quer apostar que a vaga vai ser do governo de novo, ou alguém tem dúvida? É o mesmo rito. Chama-se no Morumbi, toma-se um café, ou aceno do chefe da Casa Civil, vou atender a sua comunidade perto da eleição municipal, lá vai a vaga da Assembleia de novo. E não me digam que não foi assim, porque foi exatamente assim.

Deputada Maria Lúcia Amary, não sei se falo das mulheres hoje. Só faltam oito minutos para terminar. Acho que vou falar hoje do valor inquestionável, extraordinário da mulher. A mulher não é mais aquele ser secundário, que só ficava no fogão e na cozinha. Acabou a fase da mulher fogão e cozinha. Hoje, deputada Beth Sáhão, 52% dos votos são de mulheres e 50,4% dos lares brasileiros são sustentados por mulheres. Executivas: 49,8% dos cargos existentes de executivo das empresas são das mulheres. É por isso que nós há alguns anos passamos a defender de maneira poética as mulheres nos partidos políticos.

Passamos a dizer que partido político sem mulheres não passa de um céu sem estrelas, de um jardim sem flores. Passamos a defender a mulher como parte integrante fundamental para uma família. Não há família sem a mulher. Exerce função triplíce. É mãe, é companheira, é dona de casa, ela faz trabalhos múltiplos e não é devidamente reconhecida.

Essa cota é discriminatória. Se eu preciso de uma lei para defender turcos, libaneses, franceses, haitianos, eu também é porque esses são discriminados. Se eu preciso de uma lei para defender as mulheres, essa cota é ridícula, como é ridícula a cota dos afrodescendentes. Quero dizer bem claro que sou afrodescendente com muito orgulho, com muita honra. Imagina-se que seja um grande favor. Não é não. Na hora que você estabelece uma cota para as pessoas que têm a pele escura, você discrimina essas pessoas. Não é a cor da pele que diferencia as pessoas, é o caráter. O caráter é o que distingue as pessoas, não a cor da pele. Nós trabalhamos para que as cotas passem a vingar.

O PTB é afrodescendente. A primeira presidente foi a primeira delegada negra mulher, a Dra. Clementina. Eu era contra a posição dela porque eu não acho correto essa discriminação pela cor. Como não acho correto discriminar os deficientes físicos. O deficiente não pode sonhar? Não pode olhar para cima? Não pode imaginar que terá uma vida perfeita?

O destino mexeu com a vida dessas pessoas. O que falta a elas é a oportunidade de sonhar, de trabalhar. O que adianta dizer que é defeito ser um deficiente físico se você mostra a sua discriminação a ele? Não, o deficiente não precisa de piedade e nem de pena, ele precisa de amor e de responsabilidade das autoridades.

Hoje, eu estava defendendo os projetos da deputada Leci Brandão. Ela tem a sua crença, ela tem a sua fé, ela defende o dia da umbanda. O que é intolerância religiosa? Será que não existe no Brasil? Existe sim! Vá a qualquer empresa, procure o gerente de recursos humanos, faça o seu requerimento pedindo emprego e decline a sua religião. Até os evangélicos são discriminados se o chefe é católico. Entre um católico e um evangélico, ele vai escolher o evangélico. Vá lá e diga que você é candomblecista. Eu quero ver o seu emprego.

A intolerância religiosa é muito maior do que nós imaginamos, ela existe em todos os seguimentos da sociedade. E nós estamos aqui discutindo o quê? A intolerância? Não. A discriminação? Não. A exclusão? Não. O fator idade. A maior discriminação que existe hoje não é a racial, é pela idade. Homens de cabelos brancos, enevoados pelo tempo, da cor da lua, não significa velhice, mas sim experiência.

Faça um teste. Vão a qualquer empresa e digam que vocês têm 40 anos na sua ficha. Aí, aparece uma lista com 20, 25. Quero ver quem tem emprego. Quem envelhece não é o corpo, é o espírito.

Eu conheço homens e mulheres com 85 anos de idade que são jovens de espírito; e conheço jovens de 15, 20 anos que são velhos de espírito. Quem envelhece é o corpo e não o espírito, mas há uma discriminação cruel, odiosa.

Diz um poeta inglês, que os anos sabem de coisas que os dias não sabem - é verdade. Vossa Excelência, com o seu currículo, ex-prefeito de Itapira, líder da bancada do PTB, presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, secretário da agricultura, ministro da agricultura, candidato a governador pelo PMDB em 1994 e traído, vergonhosamente pelas mesmas pessoas que capitanearam a eleição dele. Nós estávamos lá apoiando a candidatura de Vossa Excelência. Depois, quando se perde uma eleição, quando se perde o espaço, perde-se os amigos. Os amigos voaram como folhas ao vento. Vossa Excelência ficou sozinho, mas deu a volta por cima. Elegeu-se prefeito, deputado estadual, foi líder do Governo. Antes disso, teve a humildade de ser subprefeito de Santo Amaro. Tive orgulho de ter ajudado o deputado Barros Munhoz. Foi o melhor subprefeito que Santo Amaro teve até hoje. Atendia as pessoas de porta aberta. Deputado estadual, líder do Governo Serra, presidente da Assembleia, líder do Governo de novo, presidente da Assembleia de novo, líder do Governo. Como todo esse cabedal, com toda essa história, eu indago: a experiência do deputado Barros Munhoz vale menos que a voluntariedade de alguns deputados, vereadores ou prefeitos que se acham acima do bem, que acham que a carteira de deputado paira acima da experiência, paira acima da história?

Conheço deputados que se elegeram e não conversam nem com os irmãos. Um dia desses eu brincava que hoje o deputado tem que pagar ônibus. Antigamente não pagava cinema. Agora paga cinema. Até nisso os deputados estão caindo.

Enquanto isso, estamos aqui. São 21 horas e 27 minutos. Estamos tratando de um tema seríssimo, de uma profundidade imensa. Nem o mar, nem os oceanos são tão profundos como o projeto que estamos discutindo. O Oceano Índico deve ter vergonha por ser ras demais, por não ser profundo o suficiente.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sra. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Igor Soares e Orlando Bolçone para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência, constata número regimental de Srs. Deputados em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Orlando Bolçone e Igor Soares.

Esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência vai encerrar a sessão. Antes, porém, lembra V. Exas. da 2ª sessão extraordinária já convocada para daqui a 10 minutos.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 30 minutos.

6 DE OUTUBRO DE 2015

62ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: **MARIA LÚCIA AMARY**
Secretários: **RODRIGO MORAES** e **CHICO SARDELLI**

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - MARIA LÚCIA AMARY

Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em discussão o PR 20/15.

2 - CARLÃO PIGNATARI

Solicita o levantamento da sessão.

3 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Indefere o pedido, por não haver concordância do deputado Campos Machado.

4 - CARLOS CEZAR

Discute o PR 20/15.

5 - IGOR SOARES

Solicita verificação de presença.

6 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que constata número insuficiente para a continuidade dos trabalhos. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Maria Lúcia Amary.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Tramitação Ordinária.

Discussão e votação - Projeto de resolução nº 20, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova forma aos artigos 10 e 23 da Resolução nº 576, de 1970, e alterações posteriores, na forma consolidada. Parecer nº 1098, de 2015, da Mesa, favorável.

Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, e com a concessão do deputado Campos Machado, solicito o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não há anuência das lideranças, razão pela qual não podemos levantar a sessão.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de falar contra esse projeto do ilustre deputado Campos Machado, pessoa que admiro bastante, gostaria de fazer um comunicado à Casa.

Ontem, fomos agraciados com o colar evocativo da Revolução de 1942, entregue pela Polícia Militar de Sorocaba, na pessoa do coronel Wagner Tardelli, que nos honrou com essa comenda. Fui agraciado juntamente com o deputado Fernando Cury e o deputado Rodrigo Moraes. Foi uma cerimônia muito bonita. Quero agradecer ao coronel Wagner Tardelli, a toda a corporação e às autoridades que também foram contempladas com esse colar.

Esse colar foi criado em 1942 pelo Instituto Geográfico e Genealógico de Sorocaba e é entregue a personalidades civis, militares, instituições públicas ou privadas que tenham contribuído para o resgate histórico ou prestado relevantes serviços ao estado de São Paulo e à população. Fomos agraciados ontem juntamente com várias personalidades.

Estive presente na solenidade o comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, coronel Ricardo Gambaroni, além de prefeitos e vereadores de Sorocaba e região. O prefeito de Sorocaba esteve presente, assim como o deputado federal Jefferson Campos. Também conosco foi homenageado e recebeu esse colar o ex-deputado desta Casa e hoje deputado federal Major Olímpio.

Foi uma cerimônia muito bonita e ter recebido essa honraria nos enche de responsabilidade e de um compromisso ainda maior de lutarmos pela Segurança e por aquilo em que acreditamos.

Nesta Casa tive o privilégio de ter sido relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, que se tornou a emenda 35, que reconheceu a carreira de delegado como jurídica. Essa é uma conquista dessa carreira, que há muito tempo lutava por isso. Tive o privilégio de ser relator dela nesta Casa.

Também fui relator do projeto que instituiu benefícios aos policiais militares por rendimento. Creio que foi um avanço. Receber essa comenda nos enche de responsabilidade para lutarmos mais ainda.

Ainda ontem dois policiais militares da Rota de Sorocaba receberam uma chamada por volta das cinco da manhã para fazer um atendimento a uma moto suspeita em determinado lugar onde existe a Toyota, perto do Parque Tecnológico da cidade de Sorocaba. Quando as viaturas chegaram, foram recebidas à bala por fuzis e dois policiais foram feridos na madrugada de ontem.

Dois policiais que saíram das suas casas para prestar serviço, para servir à sociedade, que deixaram suas famílias e acabaram sendo feridos, um no maxilar e outro no ombro. Os dois estão hospitalizados no Hospital Regional, mas, graças a Deus, estão fora de perigo de vida. Foram salvos por obra de Deus, mas é algo que nos chama a atenção.

Os papéis estão invertidos e precisamos resgatar isso. Precisamos que as instituições sejam reconhecidas e valorizadas. Os policiais têm prestado um relevante serviço à sociedade, trata-se de uma instituição muito séria e continuamos com esse compromisso de auxiliar e ajudar as instituições sérias.

Parabenizo os deputados Fernando Cury e Rodrigo Moraes, que, juntamente conosco, foram justamente homenageados pelo trabalho sério que prestam em suas áreas. Esse reconhecimento de uma instituição tão respeitada como a Polícia Militar nos enche de compromisso para continuar brigando, lutando e pedindo ao governador que ajude as polícias Militar e Civil, as instituições que compõe a Segurança do nosso País.

Não é justo que as pessoas não tenham segurança para sair de suas casas e ir ao seu trabalho. Não é justo que as pessoas que arriscam suas vidas sejam marginalizadas, colocadas aquém da sociedade. Pessoas que trabalham colocando sua própria vida em risco precisam ser respeitadas por cada um de nós. É esse o nosso papel aqui.

O SR. IGOR SOARES - PTN - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Rodrigo Moraes e Chico Sardelli para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número insuficiente para a continuidade dos trabalhos, e agradece a colaboração dos nobres deputados Rodrigo Moraes e Chico Sardelli.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 22 horas e 01 minuto.
